



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

SABRINA DANTAS FERNANDES

**ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO
MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

CUITÉ – PB

2012

SABRINA DANTAS FERNANDES

**ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO
MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande Campus Cuité-PB, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Enfermagem, orientada pela prof. MsC. Édija Anália Rodrigues de Lima.

CUITÉ-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

F363a Fernandes, Sabrina Dantas.

Acidente de trabalho na construção civil do município de Picuí - PB.
/ Sabrina Dantas Fernandes – Cuité: CES, 2012.

49 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Enfermagem) –
Centro de Educação e Saúde – UFCG, 2012.

Orientadora: Édija Anália Rodrigues de Lima.

1. Saúde do trabalhador. 2. Trabalhadores informais. 3.
Equipamentos de proteção. I. Título.

CDU 331.45/.47

SABRINA DANTAS FERNANDES

**ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO
MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

Aprovado em: _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

MsC. Édija Anália Rodrigues de Lima
Orientadora-UFCG

MsC. Janaína von Söhsten Trigueiro
Membro-UFCG

MsC. Luciana Dantas de Farias Andrade
Membro-UFCG

Dedico a Deus, pela vida e sabedoria, aos meus pais que me proporcionaram ensinamentos de justiça e educação, e aos demais colegas que colaboraram com o êxito deste trabalho.

AGRADECIMENTO(S)

A minha família pelo apoio, aos meus amigos pela motivação.

A minha orientadora Édijs Anália Rodrigues de Lima, que pacientemente me auxiliou na elaboração deste estudo

A professora Janaina von Söhsten Trigueiro, que também contribuiu com seus conhecimentos em relação à pesquisa.

Agradeço aos trabalhadores da construção civil que, voluntariamente, participaram da minha pesquisa, contribuindo significativamente para a realização da mesma.

À psicóloga do município que permitiu a implementação do formulário entre os trabalhadores da construção civil.

E agradeço a Deus por ter me dado a capacidade de realizar o estudo e concluí-lo com êxito, alcançando o principal objetivo, descobrir as causas de ocorrência de acidente de trabalho na construção civil no município de Picuí-PB, e, dessa forma, poder efetuar a prevenção dos mesmos de modo adequado.

“A Segurança não é o simples ato egoísta de não querer acidentar, mas, sobretudo, um ato de solidariedade de não deixar ocorrer acidentes” (Aloisio Trancoso, S/D)).

RESUMO

No universo da atenção à saúde do trabalhador estão envolvidos os trabalhadores domésticos, avulsos, trabalhadores agrícolas, autônomos, servidores públicos, trabalhadores cooperativados, empregadores, proprietários de micro e pequenas unidades de produção, aprendizes, estagiários e os profissionais afastados do trabalho por doença, invalidez ou desemprego. No ramo da construção civil, os trabalhadores estão expostos a muitos riscos ocupacionais, principalmente porque a maioria deles se insere no mercado informal. O objetivo deste estudo foi investigar o motivo dos acidentes de trabalho na construção civil do município de Picuí-PB, considerando os aspectos sócio-demográficos, condições de risco para acidentes trabalho e uso de medidas de proteção. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem quantitativa, desenvolvido com 16 trabalhadores informais da construção civil. Foram considerados os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Os resultados revelaram uma predominância de operários jovens, de raça parda, com função de pedreiros, casados, com poucos filhos e baixo grau de instrução. A maioria escolheu esse trabalho por tradição familiar ou por vontade própria, e detém uma renda mensal maior que um salário mínimo. Os riscos de acidentes de trabalho mais citados foram quedas, cortes e choque elétrico. Quanto às medidas de proteção, 8 (50%) dos participantes relataram fazer uso de EPIs e 1 (6%) referiu usar EPC. Os EPIs mais utilizados foram botas e luvas, e os EPCs, corresponderam a fita, cone de sinalização e iluminação de emergência. Metade dos trabalhadores 8 (50%) justificou o desuso de EPI, por sentir-se incomodado, por não gostar ou considerar dispensável o uso dos mesmos, no cotidiano do seu trabalho. As fragilidades inerentes ao uso de equipamentos de proteção revelam-se como condições motivadoras para a ocorrência de acidentes de trabalho, na construção civil do município de Picuí. Os resultados deste estudo não finalizam as discussões acerca dos riscos de acidente no trabalho para esse grupo de trabalhadores, mas demonstra aspectos importantes da Atenção a Saúde dos Trabalhadores brasileiros.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Trabalhadores informais, Equipamentos de proteção.

ABSTRACT

In the universe of workers' healthcare are involved domestic workers, freelancers, agricultural workers, self-employed workers, public service employees, cooperative workers, employers, owners of micro and small production units, apprentices, trainees and professionals out of the labor market due to illness, disability or unemployment. In the civil construction business, workers are exposed to many occupational hazards, mainly because most of them are inserted to the informal market. The objective of this study was investigate the cause of accidents in the civil construction business of the city of Picuí-PB, Brazil, considering socio-demographic factors, risk conditions for labor accidents and use of protective measures. This is an exploratory study with quantitative approach, developed with 16 workers in the informal construction business. Ethical aspects of research involving humans were considered. The results revealed a predominance of young workers, brown-skinned, working as bricklayers, married with few children and low education level. Most of them chose this kind of work by family tradition or by own will and their monthly income are greater than a minimum salary. The risks of occupational accidents most often mentioned were falls, cuts and electric shocks. As for protective measures, 8 (50%) of participants reported use of IPE and 1 (6%) reported using CPE. The IPEs were more used boots and gloves, and CPEs corresponded to tape, cone signs and emergency lighting. Half of the eight workers (5%) justified the demise of IPE because they felt uncomfortable, don't like it or consider it dispensable for their everyday work routine. The weaknesses inherent in the use of protective equipment are revealed as motivating conditions for the occurrence of workplace accidents in the construction business of the city of Picuí. The results of this study did not finalize the discussions about the risks of accidents at work for this group of workers, but it demonstrates important aspects of Health Care of Workers in Brazil.

Key words: Occupational Health, Workers, Protective devices.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí-PB de acordo com a idade.....	27
Gráfico 2 – Número de trabalhadores informais da construção civil com relação à atividade laboral exercida.....	28
Gráfico 3 – Renda dos trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí-PB.....	31
Gráfico 4 – Distribuição das causas de acidente de trabalho na construção civil no município de Picuí-PB.....	32
Gráfico 5 – Uso de EPI pelos trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB..	33
Gráfico 6 – Distribuição dos tipos de EPI entre os trabalhadores informais da construção civil no município de Picuí-PB.....	33
Gráfico 7 – Uso de EPC entre os trabalhadores informais da construção civil em Picuí-PB.....	34
Gráfico 8 – Tipos de EPC usados pelos trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB.....	34
Gráfico 9 – Trabalhadores informais da construção civil que sofreram ou não acidente de trabalho em Picuí-PB.....	35
Gráfico 10 – Motivo de utilização de medidas de segurança pelos trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB.....	36
Gráfico 11 – Motivo da não-utilização de medidas de segurança entre os trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivo do ingresso dos trabalhadores informais na construção civil em Picuí.....	29
Tabela 2 – Raça dos trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí.....	29
Tabela 3 – Grau de instrução dos trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí-PB.....	30
Tabela 4 – Grau de instrução dos trabalhadores informais do município de Picuí-PB....	30
Tabela 5 – Quantidade de filhos dos trabalhadores informais da construção civil de Picuí.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 O TRABALHO INFORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL	15
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	23
3.2 LOCAL DA PESQUISA.....	23
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	24
3.4 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS.....	24
3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	25
3.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	25
4 APRESENTANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS	26
4.1 FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS.....	26
4.2 DADOS RELATIVOS AOS RISCOS DE ACIDENTES DE TRABALHO.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	46
APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS	47
ANEXO – CERTIDÃO DO CEP	49

1 INTRODUÇÃO

No universo da atenção a saúde do trabalhador brasileiro é fundamental compreender que o termo trabalho está atrelado a toda atividade remunerada, ou não, que visa o sustento do próprio trabalhador ou de sua família, independente de sua inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2002). Ou ainda, segundo Karl Marx, trabalho refere-se a “toda atividade essencialmente humana de cunho eminentemente social, orientada por uma finalidade que dá ao homem a potencialidade de conscientemente transformar a natureza e ser, por ela, transformado, exercendo a sua criatividade” (KURGANT, P.; et al, 2005).

Nessa perspectiva, o Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador de Salvador (2009) elucida que em todo esse espaço laboral estão envolvidos os trabalhadores domésticos, avulsos, trabalhadores agrícolas, autônomos, servidores públicos, trabalhadores cooperativados e empregadores – particularmente, os proprietários de micro e pequenas unidades de produção, e ainda, aprendizes e estagiários e aqueles temporária ou definitivamente afastados do trabalho por doença, invalidez ou desemprego.

É importante destacar que no cotidiano da vida laboral, os trabalhadores podem estar expostos a algum risco ocupacional, o qual é definido pelo Ministério da Saúde (MS), como “uma condição que tem o potencial de causar um efeito adverso, como: morte, lesões, doenças ou danos à saúde, à propriedade ou ao meio ambiente” (BRASIL, 2001, p. 37). Portanto, para estudiosos como Rodrigues (2009) os riscos ocupacionais podem ser classificados em riscos físicos, como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, frio, calor e pressões anormais; riscos químicos envolvendo: poeira, fumo, névoa, gases, vapores, substâncias químicas em geral; biológicos, por exemplo: vírus, bactérias, fungos, parasitas, bacilos e protozoários; os denominados ergonômicos, como: levantamento e transporte manual de peso, jornadas de trabalho prolongadas e imposição de ruídos excessivos; e os riscos de acidentes de trabalho.

No espaço da construção civil os trabalhadores estão expostos a muitos riscos ocupacionais e é no mercado informal que a maioria deles se insere. Estudiosos como Mendes e Campos (2004) basearam-se no Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe para definir o trabalho informal. Segundo os mesmos autores, essa forma de trabalho envolve pequenas atividades urbanas que geram renda, em mercados desregulamentados e bastante competitivos, não sendo consideradas como funções normativas e oficiais. Desse modo, cabe ainda salientar que, para Iriart et al. (2008) os trabalhadores desse campo de exercício laboral não possuem carteira de trabalho assinada, além de serem privados de

benefícios da seguridade social como, auxílio-doença e pensões em casos de acidente de trabalho com vítimas fatais.

Além disso, é relevante citar que esses trabalhadores são submetidos, constantemente, a condições de adoecimento e de acidentes de trabalho. Segundo Milhomem (2003), não existe treinamento específico para o desempenho de suas atribuições, nem fiscalização por parte dos órgãos governamentais. Por outro lado, acredita-se que a grande parte desses trabalhadores não investe em equipamentos de proteção. E essa condição pode estar atrelada ao fato de serem patrões de si mesmos, não percebendo os riscos aos quais estão submetidos.

Conforme dados do Ministério da Saúde Brasil (2001, p. 21) no ano de 1998, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) chegou a registrar no território brasileiro, 401.254 acidentes de trabalho, distribuídos entre acidentes típicos (337.482), de trajeto (35.284) e doenças do trabalho (28.597). Esse rol de acidentes se deu entre os setores da indústria (46,1%), serviços (40,1%) e agricultura (8,1%), sendo que 88,3% ocorreram nas regiões Sudeste e Sul. Constatou-se ainda que entre trabalhadores do sexo masculino, o principal ramo gerador de acidentes foi o da construção civil (BRASIL, 2001).

O interesse em desenvolver esse estudo, emergiu da compreensão de que a alta vulnerabilidade dos trabalhadores informais da construção civil a acidentes de trabalho pode estar relacionada à falta de treinamento especializado, bem como ao desuso de equipamentos de proteção, à falta de fiscalização pelos órgãos competentes e à realização de trabalho com risco iminente. Além disso, a pesquisadora participante sentiu-se instigada, desde as discussões acadêmicas no âmbito da disciplina Saúde do Trabalhador, a contribuir com a superação dessa problemática que atinge a esse grupo de trabalhadores.

Acredita-se também que este estudo possa corroborar para o desenvolvimento das propostas apresentadas pela Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), que tem como um de seus pressupostos a redução do número de acidentes de trabalho. E nesse contexto, entende-se que a construção civil revela-se como um dos mais perigosos ramos de atividade produtiva, por estar atrelada a elevados registros de acidente de trabalho, inclusive com vítimas fatais. Nessa perspectiva, muitos trabalhadores deste espaço provavelmente exercem suas atividades sob o medo de acidentarem-se ou até mesmo de morrer, revelando comprometimento de sua qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Frente ao exposto, a pesquisadora participante vislumbra contribuir com o trabalho desses profissionais residentes em seu município, possibilitando também que os mesmos percebam os riscos a que estão expostos a fim de que, a partir dessa percepção, tornem-se mais cautelosos e busquem exercer a sua atividade laboral com segurança e qualidade de vida.

Para tanto, é passível de reflexão o fato de que a saúde do trabalhador merece um enfoque maior por parte dos profissionais, principalmente para os do setor informal, que muitas vezes revelam uma visão limitada acerca de risco ocupacional. Compreende-se que os servidores da saúde possam interferir na diminuição do número de acidentes de trabalho nesta classe. E considerando as prerrogativas do SUS, entende-se que os profissionais nele envolvidos devem agir com equidade e humanização, buscando priorizar a atenção aos trabalhadores que mais necessitam, neste caso, os do setor informal da construção civil.

Nesse contexto, o presente estudo será norteado pelo seguinte questionamento: “Quais as condições que podem elevar o número de acidentes de trabalho, entre trabalhadores informais da construção civil, do município de Picuí?”

1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1.1 Objetivo Geral:

Investigar o motivo dos acidentes de trabalho na construção civil do município de Picuí-PB.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores informais da construção civil;
- ✓ Relacionar a função do trabalhador com as condições de risco para acidente de trabalho;
- ✓ Averiguar o emprego de equipamentos de proteção individual e coletiva durante o exercício do trabalho;
- ✓ Identificar na opinião dos trabalhadores informais as medidas de prevenção de acidentes de trabalho;
- ✓ Identificar na opinião dos trabalhadores informais as condições de trabalho na construção civil.

2 O TRABALHO INFORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O século XX trouxe muitas inovações tecnológicas, exigindo, portanto, uma maior qualificação por parte dos profissionais, e com isso boa parte da população ficou desempregada. Por outro lado, aumentou consideravelmente o número de trabalhadores da construção civil no mercado informal, haja vista serem indivíduos que necessitam de dinheiro para sustentar suas famílias e não possuem estudo suficiente para garantir emprego em serviços com maior qualificação e remuneração (MILHOMEM, 2003).

Estudiosos como Santana e Oliveira (2004) afirmaram que a maioria das pessoas que trabalham no ramo informal da construção civil é da raça negra, migrantes, de baixa renda e com grau de instrução reduzido. Aliado a esses aspectos, há uma precarização das condições e relações de trabalho, devido, provavelmente, à falta de fiscalização efetiva dos órgãos governamentais e da inflexibilidade da legislação na criação de empregos informais.

Diante do exposto, Iriart et al.(2008) declararam que esses trabalhadores do setor informal da construção civil recebem uma remuneração inferior ao nível mínimo legal, e ainda, não são acobertados com os benefícios da seguridade social, como a aposentadoria, ou mesmo as compensações nos casos de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho. Salientaram também que tais benefícios são reservados, apenas, aos trabalhadores que possuem a carteira de trabalho assinada, e que contribuem com a previdência social. Além disso, afirmaram que devido às fragilidades da fiscalização de órgãos governamentais, como o Ministério do Trabalho, corriqueiramente observa-se excessos por parte dos empregadores, no que concerne ao tipo de trabalho exercido e a sua jornada de trabalho.

Segundo Santana e Oliveira (2004, p. 167), este ramo de atividade laboral é de grande importância no cenário econômico, uma vez que “dados do IBGE demonstraram que, nos anos de 1998 e 1999, o mesmo respondeu por 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e por 6,6% das ocupações no mercado de trabalho”, levando a uma estimativa de que a construção civil ocupe mais de 4 milhões e 700 mil trabalhadores, dentre os quais apenas 954 mil (20,1%) possuem carteira profissional assinada.

Outro fato considerado relevante é que a construção civil corresponde a um campo de trabalho que abrange diversas obras. De acordo com o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN, 2005), tais frentes de trabalho envolvem: edifícios, estradas, pontos e viadutos, barragens, abastecimento de água, redes de esgotos, redes de gás entre outros. Acredita-se que estas necessitam de trabalhadores

provisórios, ou seja, que realizem o serviço eventualmente, não sendo oferecidas as condições mínimas de segurança para esses operários. Esse grupo de trabalhadores compreende um percentual de indivíduos jovens, sendo 32% com menos de 25 anos, 30% entre 25 e 34 anos, e 46% entre 25 e 44 anos

E ainda, de acordo com este Centro de Formação Profissional, a carteira assinada é um respaldo para a aposentadoria e a cobertura em caso de acidentes e doenças. No entanto, conforme elucida Iriart et al. (2008), os trabalhadores informais dessa classe, como não possuem a carteira assinada, mesmo estando sujeitos a acidentes constantemente, permanecem no trabalho; outros não procuram por tratamentos adequados, ou continuam trabalhando sem que sua saúde esteja restabelecida, já que necessitam daquela renda para sobreviver ou manter sua família economicamente sustentável.

A construção civil é considerada como uma das áreas laborais mais perigosas do mundo, por apresentar muitos riscos de acidentes, sendo a maioria deles fatal. Santana e Oliveira (2004) atribuem as seguintes causas a esses acidentes: trabalhos em grandes alturas, manejo de máquinas, equipamentos e ferramentas pérfuro-cortantes, instalações elétricas, uso de veículos automotores, posturas ergonomicamente incorretas, durante a elevação de objetos pesados; além do estresse pelo medo de perder o emprego ou o risco de sofrer um acidente a qualquer momento, principalmente por não adotarem as medidas adequadas de prevenção. Além destes aspectos, existem as enfermidades de risco elevado, para esses trabalhadores, cujos sintomas de maior destaque são: problemas respiratórios, músculo-esqueléticos, dermatites, doenças do ouvido relacionadas ao trabalho e intoxicações.

Os riscos de acidentes, por sua vez, de acordo com Stefano (2008), podem ser divididos em 5 categorias: arranjo físico deficiente, máquinas sem proteção, ligações elétricas inadequadas, ferramentas com defeito e uso inadequado de equipamentos de proteção (individual e coletivo). O arranjo físico deficiente pode gerar acidentes e uma intensa exaustão física; máquinas desprotegidas podem ocasionar mutilações e cegueira, ao serem projetados objetos contra os olhos do trabalhador; ligações elétricas inadequadas favorecem a ocorrência de curtos-circuitos, choques elétricos, incêndio entre outros; ferramentas defeituosas podem causar danos graves e até letais; e o uso inadequado de EPI e EPC não protegem o trabalhador contra acidentes, ou seja, o sujeito permanece vulnerável a sofrer danos durante acidentes de trabalho.

Diante desse contexto, é bastante relevante mencionar o conceito de acidente de trabalho, pois de acordo com Rodrigues (2009), existe um Decreto-lei, cujo nº é 79.037, de 24 de dezembro de 1976, que define legalmente o acidente do trabalho como: “[...] aquele que

ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. O autor inclui nesse conceito também doenças do trabalho; acidentes que ocorreram no local e horário de trabalho, mesmo em consequência de terceiros; acidentes fora do local de trabalho quando o trabalhador está a serviço da empresa; e os acidentes de trajeto, que se dão no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

O mesmo autor ainda enfatiza o caráter prevencionista do acidente de trabalho. Nesse sentido afirma que, “acidente do trabalho é qualquer ocorrência que possa interromper ou interferir no andamento normal do trabalho”. E de acordo com essa compreensão, não é necessário que o trabalhador tenha sofrido lesão, pois o que está em destaque é a perda de tempo e danos materiais, provenientes do acidente. Este conceito se diferencia do jurídico pelo fato de não necessariamente ter causado lesão ao trabalhador.

O Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (2005) define acidente de trabalho com base na Lei n.º 99/2003. De acordo com esta, tal acidente corresponde a “um acontecimento súbito e imprevisto sofrido pelo trabalhador que se verifique no local e no tempo de trabalho”. Considera-se, neste caso, o local de trabalho como o lugar em que o trabalhador se encontra ou onde ele deverá dirigir-se em prol de seu trabalho.

Tomando como base o Protocolo de Notificação de Acidentes de Trabalho Fatais, Graves e com Crianças e Adolescentes (2006a, p. 15) há ainda o acidente de trabalho fatal, que consiste no acidente que leva ao óbito imediatamente após sua ocorrência ou que venha a ocorrer posteriormente, a qualquer momento, seja no hospital ou não, desde que a causa básica, intermediária ou imediata da morte seja consequência do acidente de trabalho. Já o acidente de trabalho mutilante, ou grave, é aquele que causa perda parcial ou total de um membro do corpo, gerando sério comprometimento funcional, e acarrete consequências nefastas ou fatais.

O Protocolo, supracitado, caracteriza um acidente de trabalho grave, como aquele que deve ter as seguintes ocorrências: necessidade de tratamento em regime de internação hospitalar; incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias; incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; debilidade permanente de membro, sentido ou função; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aceleração de parto; aborto; fraturas, amputações de tecido ósseo, luxações ou queimaduras graves; desmaio, causado por asfixia, choque elétrico ou outra causa externa;

qualquer outra lesão, levando à hipotermia que requeira ressuscitação ou internamento hospitalar por mais de 24 horas.

A Norma Regulamentadora (NR) nº 18, proposta pelo Ministério do Trabalho Emprego (MTE), a qual dispõe sobre condições e meio ambiente de trabalho da indústria da construção, estabelece que em caso de acidente de trabalho fatal, é obrigatória a comunicação do ocorrido à autoridade policial competente e ao órgão regional do referido Ministério, que repassará imediatamente ao sindicato da categoria profissional do local da obra. E ainda que o tal ambiente de trabalho deva ser isolado, mantendo suas características até a liberação pela autoridade policial competente e pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). A norma destaca que a referida Delegacia deverá investigar a ocorrência do acidente, no período de até 72 horas da sua ocorrência.

Já no caso de acidentes do trabalho no setor formal, o Ministério da Saúde, Brasil (2001), salienta a importância de se notificar o acidente através da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT). Esta comunicação deverá ser emitida pela empresa até o primeiro dia útil subsequente ao ocorrido. Mas se houver morte, a comunicação deverá se dá imediatamente. De acordo com o Caderno de Atenção Básica sobre Saúde do Trabalhador, Brasil (2002), caso a empresa se negue a emitir a CAT, poderão fazê-lo o trabalhador, seus dependentes, o sindicato competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública. Vale ressaltar que a CAT deve ser emitida independente do agravo do acidente ou da doença relacionada ao trabalho, para que seja notificada e registrada na vigilância epidemiológica e sanitária (BRASI, 2001).

Segundo o Protocolo de Notificação de Acidente de Trabalho Fatais, Graves e com Crianças e Adolescentes (2006a), inclui-se na notificação de acidentes de trabalho: trabalhadores assalariados, independente da forma de remuneração, com ou sem carteira de trabalho assinada; funcionários públicos estatutários e militares nos três níveis da esfera do governo; outros tipos de empregados na produção de bens e serviços; trabalhadores da produção de bens e serviços autônomos; trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada; empregadores que exercem atividades ligadas à produção de bens e serviços; trabalhadores na produção para consumo próprio ou construção para uso de sua família, ou de terceiros em regime de mutirão; pessoas que trabalham em residências em atividades destinadas a fins econômicos com ou sem percepção de rendimento; entre outras especificidades.

Estão excluídos da notificação, apenas os acidentes domésticos, ou seja, aqueles que acometeram integrantes de uma família ou moradores da residência no preparo de alimentos,

limpeza das residências, cuidados com as roupas e com os familiares ou outras atividades semelhantes (BRASIL, 2006b)

Dados do Boletim Epidemiológico de Acidentes de Trabalho Fatais do Centro Colaborador Vigilância dos Acidentes de Trabalho da Bahia, demonstram que no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), entre os anos de 2006 e 2008, foram identificados 9.096 casos de acidente de trabalho (AT), 427 em mulheres e 8.669 em homens, correspondendo a 20 casos de homens: 1 caso em mulheres). E, ainda seguindo este Boletim Epidemiológico, a maior parte dos AT esteve relacionada a quedas, seguidas por eletrocussões, tanto em mulheres quanto em homens. Entre as mulheres, os afogamentos constituem a 3ª causa mais comum de óbito por AT, mas entre os homens são os impactos com objetos em movimento.

Convém ressaltar a estimativa global de acidentes de trabalho fatais em 2003 no ramo da construção civil, que, de acordo com Lima Júnior, López-Valcárcel e Dias (2005), compreendeu cerca de 60.000 num universo de 355.000 acidentes de trabalho fatais que elencava diversas áreas de exercício laboral, ou seja, de todas as outras atividades, a construção civil correspondeu a aproximadamente 17% do total.

O Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (2005), em consonância com o Boletim da UFBA, mostra em uma tabela que as principais causas de morte por AT no setor da Construção Civil são por quedas em altura, esmagamento, soterramento e eletrocussão. E esses acidentes não são decorrentes do acaso ou de momentos de azar; pois considerando tais informações, esses fatos desagradáveis e por muitas vezes fatais possuem suas causas identificáveis e previsíveis, sendo provocado por um conjunto de fatores, entendidos como: fatores causais humanos, materiais e fortuitos.

Conforme elucida o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (2005), os fatores causais humanos incluem situações em que o indivíduo está mais susceptível ao acontecimento, que incluem fadiga, imprudência, distração, negligência, ignorância, inaptidão, inexperiência ou situações em que fez uso de álcool e drogas. Já os fatores causais materiais são provenientes de falhas técnicas como máquinas ou ferramentas inadequadas ou defeituosas, a ausência de sinalização ou sua existência de modo inapropriado, questões de má iluminação, ruído excessivo, sujeidade, poeiras que dificultam a visibilidade e arejamento insuficiente. Os fatores fortuitos, decorrentes de situações imprevisíveis como as que resultam de ações adversas de fenômenos atmosféricos incontroláveis, atitudes de animais entre outras.

Outras questões são abordadas por Rodrigues (2009) no tocante à segurança no trabalho. Entre elas citam-se: os acidentes que podem ser evitados se algumas medidas forem

tomadas, como eliminando os riscos, substituindo materiais que ofereçam riscos por outros que não o fazem; isolando os riscos também é uma medida muito eficaz, caso não seja possível eliminá-los; ou ainda, sinalizá-los, quando não há possibilidade de neutralizá-los. A medida que o autor sugere como extrema é o uso de equipamentos de proteção individual, uma vez que seu uso não previne o acidente de trabalho, mas protege o trabalhador em situações de risco.

Conforme elucida Stefano (2008, p. 25), existem algumas medidas que podem minimizar a ocorrência de acidentes laborais em canteiros de obras (além do uso adequado dos equipamentos de proteção), são elas: “chuveiros eletricamente aterrados, para evitar choques elétricos; isolamento e demarcação de áreas de risco de quedas de material; manter desobstruídas as passagens dos trabalhadores pela obras; iluminação adequada em locais de tráfego de trabalhadores”.

Nesse sentido, acredita-se que um indivíduo que trabalha sob condições de vulnerabilidade dificilmente desenvolverá um trabalho satisfatório, pois a sua qualidade de vida no espaço laboral pode ser prejudicada, devido às más condições de segurança, à falta de equipamentos de proteção, de treinamento, aliada ao risco de adoecimento. Com base nessa premissa, convém enfatizar o conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT), que, para Corrêa (1993) apud Trebien, Machado e Sackser (S/D) corresponde aos seguintes requisitos: segurança, conforto, lazer, novas estruturas, distribuição de tarefas, melhor remuneração, garantia de desenvolvimento e treinamento.

Acatando a opinião dos autores supracitados observa-se que estão sendo desenvolvidas, cada vez mais, medidas que melhorem o nível de qualidade de vida dos indivíduos, gerando, conseqüentemente, maior satisfação interna, maior produtividade, menos custos com tratamentos terapêuticos, e maiores lucros. Portanto, a qualidade de vida no trabalho diz respeito ao indivíduo holisticamente, tendo em vista que, se ele é visto sob todos os seus aspectos, torna-se fácil a produtividade, e os serviços prestados serão realizados com maior eficácia. Entretanto, no caso de trabalhadores informais, já que eles pertencem a uma classe que pode ser vista como autônoma, não há quem busque melhorar a qualidade de vida neste espaço senão os próprios trabalhadores.

Conforme Miquilin e Corrêa Filho (2011), com a realização das três Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador (CNST), foi discutido o modelo de atenção à Saúde do Trabalhador no Brasil no âmbito do SUS, o que representou uma conquista histórica para a democracia brasileira e máxima organização dos movimentos sociais na luta pelos direitos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Além disso, as diretrizes das políticas nacionais de

saúde garantem acesso universal e igualitário, incluindo todos os trabalhadores nas ações de promoção da saúde e segurança nos ambientes de trabalho, além de propor outras políticas sociais.

Portanto, questiona-se o seguinte:

“para a construção de um contexto da Saúde do Trabalhador que reflita os ideais de cidadania, justiça e universalidade, dois importantes segmentos também devem ser considerados pelo movimento dos trabalhadores organizados e pelo Estado: os trabalhadores informais e os desempregados” (MIQUILIN, CORRÊA FILHO, 2011, p. 427).

Diante dessa premissa, além da Política Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador, foi criada a RENAST (Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador). Esta, de acordo com o Manual de Gestão e Gerenciamento da RENAST (2006b), foi definida pela Portaria Nº1.679/02 e tem como funções: suporte técnico, educação permanente, coordenação de projetos de assistência, promoção e vigilância à saúde dos trabalhadores.

Entretanto, pouco se tem notícia das ações das equipes de saúde relacionadas à Política Nacional de Saúde do Trabalhador, principalmente entre trabalhadores informais do ramo da construção civil. Acredita-se que, por ser uma classe que exerce seus trabalhos sem possuir carteira assinada e por serem eles considerados autônomos, ou seja, provedores de sua própria renda, portanto, seus próprios patrões, passam despercebidos pelos olhares clínicos dos profissionais. Além disso, sugere-se que, devido aos profissionais da saúde da atenção básica realizarem suas atividades laborais apenas durante o dia, mesmo horário dos trabalhadores da construção civil, possivelmente deixe de atender a essa demanda, e, portanto, de implementar essa política.

As equipes de saúde podem tentar executar medidas que possibilitem reduzir os riscos de acidentes de trabalho, através de campanhas de sensibilização dos trabalhadores, realizando palestras, treinamentos, cartazes espalhados pela cidade entre outras medidas que façam o indivíduo refletir sobre o trabalho de modo seguro, promovendo a saúde dos mesmos e prevenindo situações desagradáveis decorrentes de acidentes, ou até mesmo fatalidades.

Lima Júnior, López-Valcárcel e Dias (2005, p. 59) elencam em uma Cartilha de Saúde do Trabalhador 9 princípios gerais de prevenção que deveriam ser adotadas nos canteiros de obras com o propósito de evitar acidentes. Os princípios são descritos a seguir:

1. Evitar os riscos: para evitar risco de queda de altura num edifício em construção, podem ser construídos andaimes em ao redor de todo o edifício à medida que o mesmo for sendo construído em altura. É necessário verificar o planeamento da obra;
2. Avaliar os riscos que não podem ser evitados, verificando a manutenção técnica, as instalações e o equipamento, corrigindo qualquer falha que possa interferir na segurança e na saúde dos trabalhadores;
3. Combater os riscos na origem;
4. Para reduzir os riscos, evitar pressões desnecessárias, promovendo tempo suficiente para a realização das tarefas e inspecionar a saúde dos trabalhadores;
5. Fazer uso apenas de equipamentos certificados de acordo com a legislação atual;
6. Reduzir o perigo, substituindo os materiais perigosos por outros com mesma função, porém que ofereçam riscos menores ou nenhum risco;
7. Planejar medidas de prevenção integrando técnica, organização e condições de trabalho, relações sociais e influência do ambiente sobre o trabalho;
8. Dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às individuais;
9. Dar instruções adequadamente aos trabalhadores, de forma clara e simples.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE ESTUDO

No presente estudo foi realizada uma pesquisa do tipo exploratório com abordagem quantitativa.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2008), são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral aproximada sobre determinado fato. Este tipo de pesquisa também é utilizado quando o tema em questão é pouco explorado, tornando-se difícil formular hipóteses precisas sobre o mesmo.

O mesmo autor salienta que por diversas vezes a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampliada. E quando o assunto de que se trata é bastante impreciso, torna-se necessário um esclarecimento com embasamento científico, além de ser avaliado por especialistas em forma de discussão. E a última etapa consiste na elaboração de um assunto bem elucidado, passível de exames investigativos através de procedimentos mais metódicos.

Para Lakatos e Marconi (2008), a abordagem quantitativa faz uso de amostras amplas e de informações baseadas em números.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no município de Picuí-PB, situado na mesorregião da Borborema, na microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Limita-se, ao norte, com os municípios de Campo Redondo e Coronel Ezequiel (RN); ao Sul, com os municípios de Pedra Lavrada e Nova Palmeira (PB); ao Leste, com os municípios de Nova Floresta, Cuité e Baraúna (PB); e ao Oeste, com o município de Frei Martinho (PB) e o município de Carnaúba dos Dantas (RN).

O município de Picuí foi criado pelo Decreto nº 323, de 27 de janeiro de 1902, sendo instalado no dia 9 de março desse mesmo ano. Entretanto, só em 18 de março de 1924, Picuí passou a município, por meio da Lei Estadual nº 599.

Os dados foram coletados na zona urbana do município de Picuí, em diversos lugares, tendo em vista que, os sujeitos que participaram da pesquisa e atuavam em lugares indiscriminados, como construções, reformas, ou serviços de manutenção que ofereciam elevados riscos de acidente, quando comparados aos outros exercícios laborais.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo envolveu os trabalhadores informais da construção civil que residem em Picuí-PB. E a amostra foi composta por 16 sujeitos que estavam exercendo atividade laboral no espaço da construção civil durante o mês de fevereiro.

A quantidade de participantes da pesquisa justifica-se pela identificação de um número elevado de trabalhadores formais, no momento da coleta de dados, que estavam contratados por empresas do ramo de construção civil. É importante salientar que alguns trabalhadores informais, não se dispuseram a participar da pesquisa durante o período da realização das entrevistas.

Foram incluídos nesse estudo aqueles que atenderam aos seguintes critérios:

- ✓ Apresentaram idade maior que 18 anos completos;
- ✓ Concordaram livremente em participar do estudo, por meio da assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice-A;
- ✓ Residiam e trabalhavam no município de Picuí-PB.

3.4 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Inicialmente o Projeto de pesquisa foi submetido à avaliação de um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), instalado em uma Faculdade privada da cidade de João Pessoa-PB. Após a apreciação e aprovação do Projeto, foi iniciada a coleta de dados.

Para viabilizar a obtenção dos dados empíricos do estudo, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2012, a pesquisadora participante aplicou um formulário composto por

perguntas objetivas e subjetivas, envolvendo o perfil sócio-demográfico da amostra, bem como questionamentos que visavam atender aos objetivos do estudo, conforme Apêndice-B.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desse estudo foram considerados os pressupostos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde de nº196/96, que trata do desenvolvimento de pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996). E ainda considerando os preceitos da Resolução COFEN 311/2007, que trata do código de ética dos profissionais de enfermagem (COFEN, 2007).

Os sujeitos participantes do estudo tomaram ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual há informações acerca do estudo, contemplando os objetivos e enfatizando os pressupostos éticos.

3.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram apresentados em gráficos e tabelas e analisados sob a ótica dos recursos da estatística simples, considerando, sobretudo, os achados da literatura pertinente.

4 APRESENTANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS

Os dados foram coletados através de entrevistas com 16 sujeitos, que responderam um formulário elaborado pela pesquisadora, o qual foi composto de questões que abordaram os aspectos sócio-demográficos e os riscos inerentes à atividade laboral de cada trabalhador (conforme elucidado no apêndice B).

Em cada construção identificada pela pesquisadora, colheram-se os dados direcionados pelo formulário de entrevista no momento em que os trabalhadores informais encontravam-se no exercício de suas atividades laborais. Vale salientar que, diferente dos demais trabalhadores, os eletricitistas foram entrevistados em momentos distintos, uma vez que não estiveram presentes nos momentos da coleta de dados, devido às peculiaridades da sua atividade. Ressalta-se que, de modo geral, esses trabalhadores atuam na etapa de finalização das construções.

4.1 FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS

Percebeu-se que, no município de Picuí-PB, a classe trabalhadora informal pertencente à construção civil envolve homens com faixa etária entre 18 e 60 anos de idade. Estes estão distribuídos no gráfico 1, onde se destaca o maior percentual (50%) de trabalhadores com idade entre 18 e 31 anos. Por outro lado, o grupo menos expressivo é composto por adultos jovens, cuja idade varia entre 32 e 45 anos (18,8%).

Ao considerar os resultados da pesquisa desenvolvida por Barbosa e Lima (2007) com uma fração da população de Belém-PA verificou-se que os dados aqui apresentados, diferem dos resultados outrora demonstrados. Nestes últimos, constatou-se que os trabalhadores informais da construção civil estavam envelhecendo, enquanto que no município de Picuí-PB a população predominante é de jovens, o que sugere a inserção de um número maior desse grupo de trabalhadores no referido mercado de trabalho.

É relevante salientar que o município de Picuí é de pequeno porte, e não possui indústrias ou grandes canteiros de obras. Associado a isso, os campos de trabalho ainda estão

em desenvolvimento para os jovens, ao contrário de Belém, onde houve maior evolução desse espaço laboral.

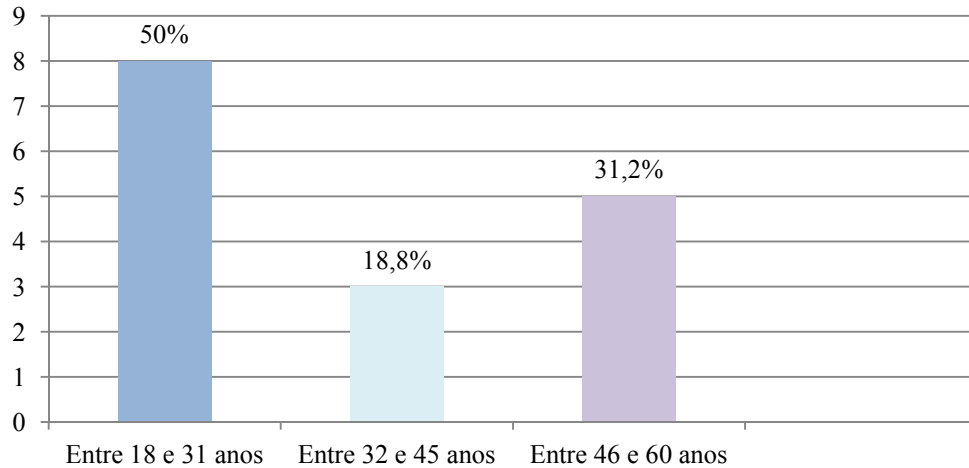


Gráfico 1 – Distribuição de trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí-PB de acordo com a idade. Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Com relação à ocupação dos participantes da pesquisa, observa-se no gráfico 2, que havia cinco grupos de trabalhadores, atuando no momento da entrevista. Entre eles identificou-se: pedreiros, serventes, eletricitas, mestres de obras e armador. Através da análise do segundo gráfico desse estudo, verifica-se que havia mais pedreiros do que qualquer outro trabalhador, embora se tenha observado que o número de serventes predominou nos locais de entrevista. Essa informação se deve a não concordância, de parte desse grupo, em participar da pesquisa.

Num estudo desenvolvido por pesquisadores brasileiros, foi demonstrado que havia maior número de serventes do que de pedreiros nas construções civis em todo o país, uma vez que esses trabalhadores não precisam de qualificação profissional nem de qualquer instrução educacional para executarem seus serviços diários (BARZELLAY; LONGO, 2011). Essa realidade coincide com a do município de Picuí, embora não seja possível expressar esse dado em números reais, devido à falta de envolvimento de todos.

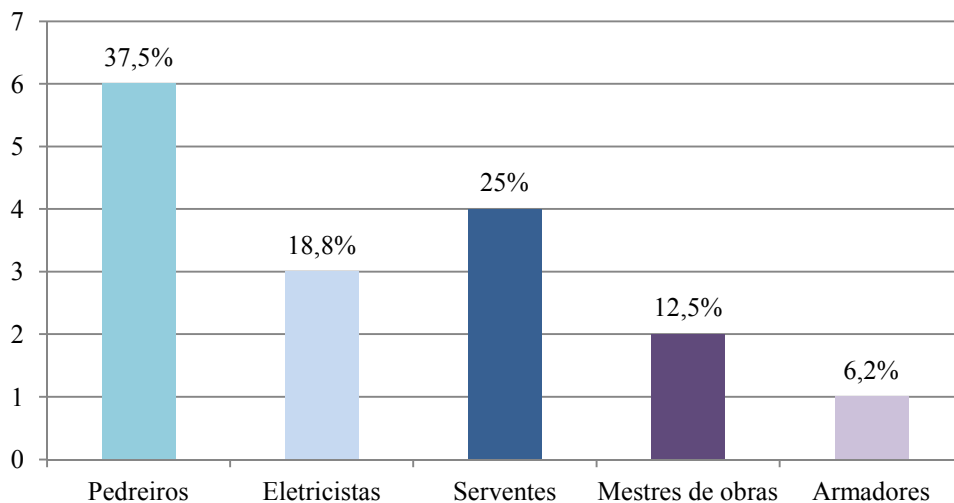


Gráfico 2 – Número de trabalhadores informais da construção civil com relação à atividade laboral exercida. Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Quanto à forma de ingresso na construção civil, como observa-se na tabela 1, maioria dos entrevistados relatou que estava inserido neste espaço laboral por motivações pessoais, bem como por tradição familiar. Diante desse contexto, é importante ressaltar que, devido ao processo histórico, social e cultural da cidade de Picuí, ainda há muitos tipos de trabalho semelhantes a esses sendo desenvolvido nos espaços rurais, na agricultura, por exemplo, e somado a isso, é notória a escassez de empregos geradores de renda suficientes na região. Desse modo, as limitações no tocante a inserção no mercado de trabalho, contribuíram para a manutenção dessa dinâmica laboral da população economicamente ativa do município em questão.

Percebe-se que a forma como esses trabalhadores ingressam na construção civil no município de Picuí-PB é semelhante em todo o Brasil, conforme estudo realizado por Barzellay e Longo (2011), uma vez que é a única opção de emprego existente para um contingente de pessoas com baixo nível de escolaridade e sem nenhuma qualificação, além de as tarefas executadas serem simples como remoção de material e limpeza dos locais de trabalho.

Tabela 1 – Motivo do ingresso dos trabalhadores informais na construção civil em Picuí

Resposta do Trabalhador	<i>f</i>
Vieram da lavoura	2 (12,5%)
Único trabalho que conseguiu	1 (6,3%)
Vontade própria	6 (37,5%)
Tradição familiar	6 (37,5%)
“Bico”	1 (6,2%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Ao consultar a tabela 2, observa-se que, no tocante à raça informada pelos participantes do estudo, 56,3% dos trabalhadores se consideraram pardos. Em segundo lugar havia pessoas da raça negra. O município de Picuí possui mais pardos do que negros e brancos, o que não é muito diferente dos dados referidos por Simões et al (2011), que informa que o grupo de trabalhadores predominante nesse ramo era composto por negros e pardos.

Tabela 2 – Raça dos trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí

Raça	<i>f</i>
Negros	4 (25%)
Pardos	9 (56,2%)
Branco	3 (18,8%)
Indígenas	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Outra questão investigada relacionou-se com o nível de escolaridade, ilustrado na tabela 3, cujos resultados expressaram que 75% dos participantes possuem apenas nível fundamental incompleto. Apenas alguns (18,8%) cursaram o ensino médio completo.

Uma pesquisa realizada por Silva (2008) também mostrou que a maioria dos entrevistados possuía o nível fundamental, assim supõe-se que, pelo fato de esse exercício laboral não exigir qualquer qualificação educacional, os trabalhadores são introduzidos no ramo da construção civil por não terem restrições, por requerer apenas força e vontade de trabalhar.

Tabela 3 – Grau de instrução dos trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí-PB

Grau de Instrução	<i>f</i>
Analfabetos	0
Analfabetos funcionais	0
Nível fundamental incompleto	12 (75%)
Nível fundamental completo	1 (6,2%)
Nível médio incompleto	0
Nível médio completo	3 (18,8%)
Nível superior	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No que concerne ao estado civil, a maioria dos entrevistados referiu ser casados, como expresso na tabela 4, que segue. Nenhum dos sujeitos informou ser separado, divorciado ou viúvo. Essas informações foram expostas de modo semelhante pela pesquisa de Silva (2008), a qual elucidou que maioria dos trabalhadores do Rio de Janeiro possuía família, neste grupo estão os casados e com união estável, não havendo viúvo ou divorciado ou separado.

Tabela 4 – Estado civil dos trabalhadores informais do município de Picuí-PB

Estado civil	<i>f</i>
Solteiros	4 (25%)
Casados	9 (56,2%)
União estável	3 (18,8%)
Viúvos	0
Divorciados/separados	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Com relação ao número de filhos desses trabalhadores, acredita-se que houve redução desse número ao comparar com anos anteriores. De acordo com a pesquisa em tela, 68,8% dos entrevistados referiu ter filhos. Dentre estes, a maioria (43,8%) informou ter até 2 filhos. Segundo Silva (2008) pode existir algum tipo de controle entre os trabalhadores da construção civil, já que a quantidade de filhos também se mostrou reduzida em sua pesquisa.

Tabela 5 – Quantidade de filhos dos trabalhadores informais da construção civil de Picuí

Quantidade de filhos	<i>f</i>
Nenhum filho	5 (31,2%)
Até 2 filhos	7 (43,8%)
Mais de 2 filhos	4 (25%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A renda referida durante as pesquisas correspondeu majoritariamente a um salário mínimo ou acima deste valor, como observado no gráfico 3. Essa realidade difere um pouco da existente nas capitais, como mostra a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2002), já que nesta região a renda predominante é de até 3 salários mínimos, embora existam ainda muitos trabalhadores que possuam renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos.

Diante do exposto, Barzellay e Longo (2011) ressaltam que a falta de qualificação profissional está presente no setor da construção civil de modo a se tornar um ciclo vicioso, já que os baixos salários pagos desestimulam os trabalhadores, ao passo que os que se qualificam mudam de profissão.

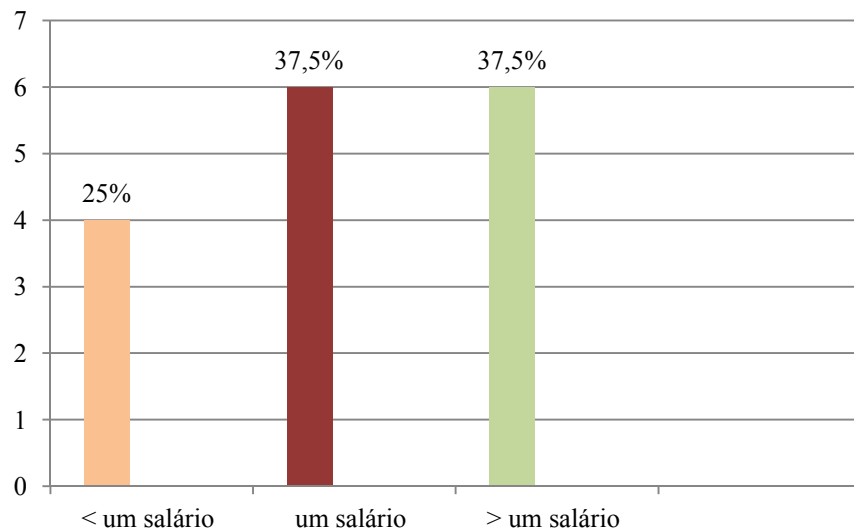


Gráfico 3 – Renda dos trabalhadores informais da construção civil do município de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

4.2 DADOS RELATIVOS AOS RISCOS DE ACIDENTES DE TRABALHO

Os acidentes de trabalho nos canteiros de obras estão relacionados à prática de atos inseguros e más condições no ambiente de trabalho (TEIXEIRA (S/D.) apud SILVA E CARREIRO (S/D)). Em um estudo realizado por Silveira et al (2005) demonstrou que a maioria dos acidentes ocorridos no ramo da construção civil em Ribeirão Preto (SP) eram decorrentes de quedas. Havia acidentes causados por choque elétrico, mas não foram tão elevados.

No estudo em discussão, verifica-se congruência com as informações fornecidas pelos participantes no que diz respeito à percepção do risco de acidente. Logo, observou-se que 100% dos trabalhadores da construção civil relataram que há riscos de acidentes no exercício de seu trabalho. E, dentre os riscos mais comuns, verificou-se que queda e choque elétrico eram os riscos de maior probabilidade de ocorrência, sendo aquele com 87% de chance de ocorrer e este último com 50% de possibilidade de acontecer. Tais dados estão apresentados no gráfico 4.

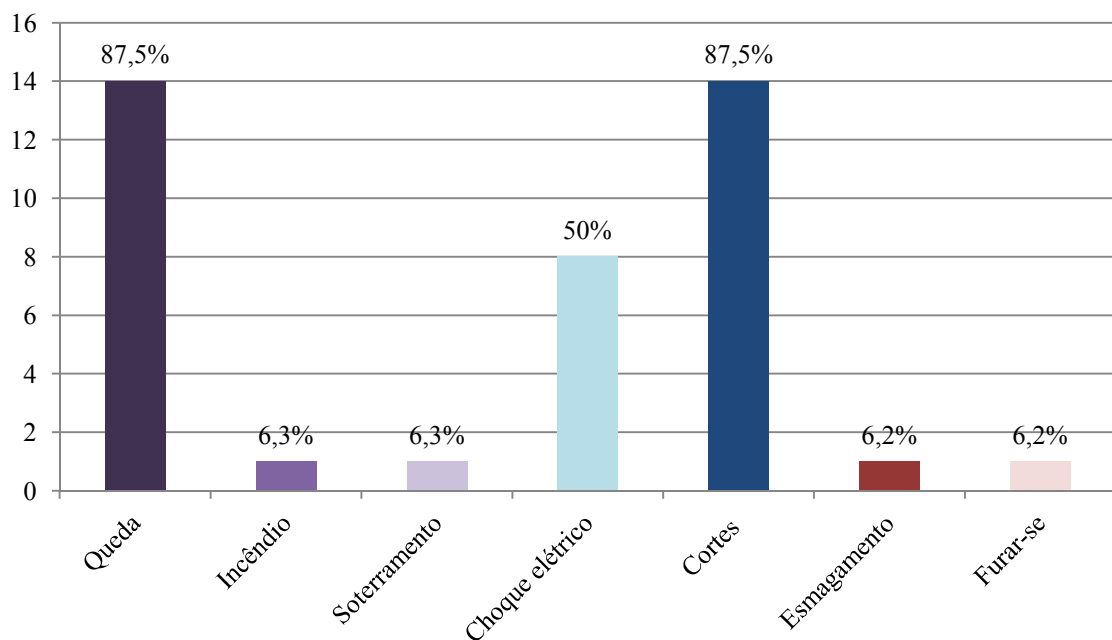


Gráfico 4 – Distribuição das causas de acidente de trabalho na construção civil no município de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Ao averiguar se os participantes do estudo faziam uso de EPI durante a execução do seu trabalho, contatou-se, conforme o gráfico 5, que a metade dos entrevistados referiu fazer

uso desses equipamentos, entretanto, durante a entrevista, nenhum dos participantes estava fazendo uso de EPI.

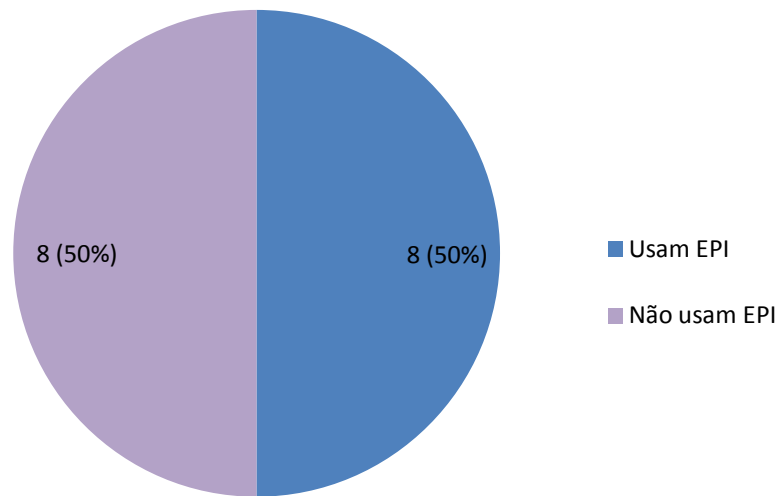


Gráfico 5 – Uso de EPI pelos trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Ao considerar que 50% dos participantes referiram utilizar o EPI no seu trabalho, buscou-se identificar os equipamentos mais empregados no seu dia-a-dia. A partir disso, verificou-se, foi visto que luvas e botas predominaram (gráfico 6). Estes resultados se assemelham aos encontrados num estudo realizado por Barbosa e Lima (2007), no qual os EPI's mais utilizados também foram botas e luvas, além de capacete.

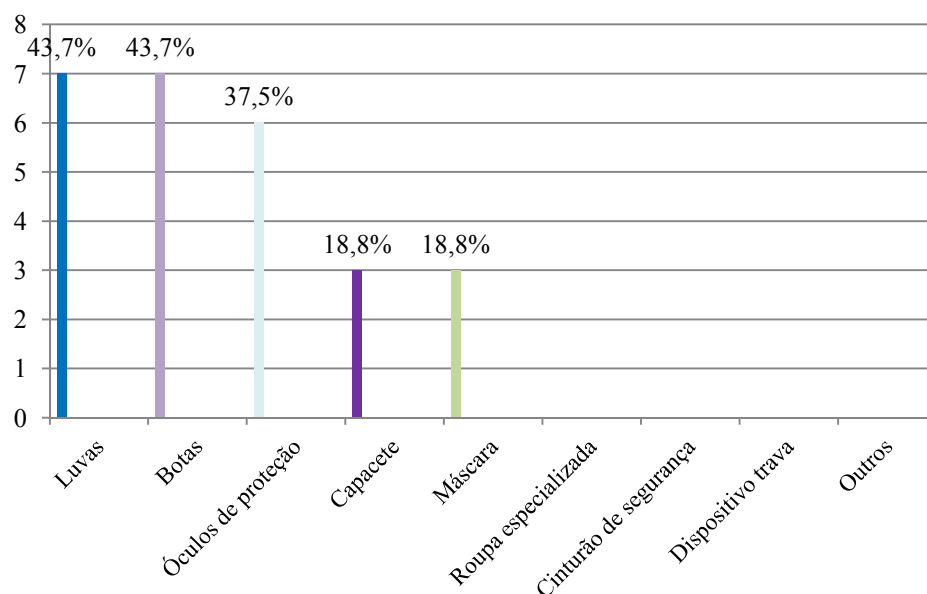


Gráfico 6 – Distribuição dos tipos de EPI entre os trabalhadores informais da construção civil no município de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Entretanto, com relação ao uso de equipamentos de proteção coletiva (EPC), apenas 1 trabalhador relatou fazer uso desse tipo de equipamento, como ilustrado no gráfico 6

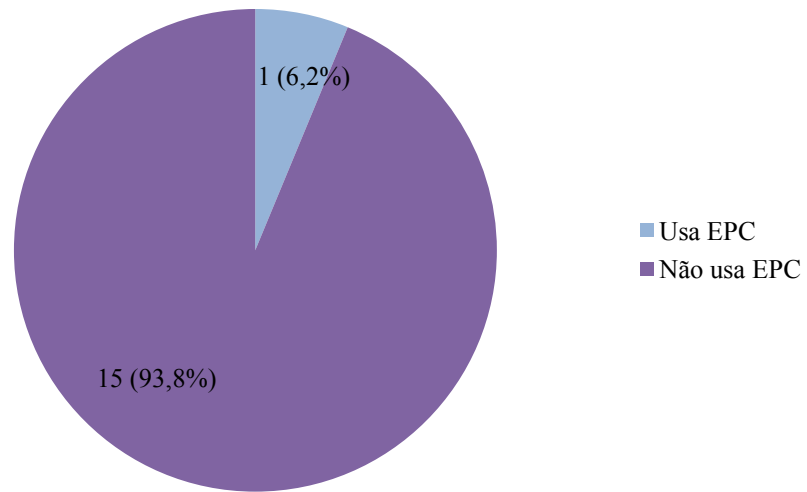


Gráfico 7 – Uso de EPC entre os trabalhadores informais da construção civil em Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Entre os EPC que foram consultados, observou-se que somente 1 trabalhador citou o emprego de: cone, fita de sinalização e iluminação de emergência no seu trabalho, como exposto no gráfico 8, a seguir.

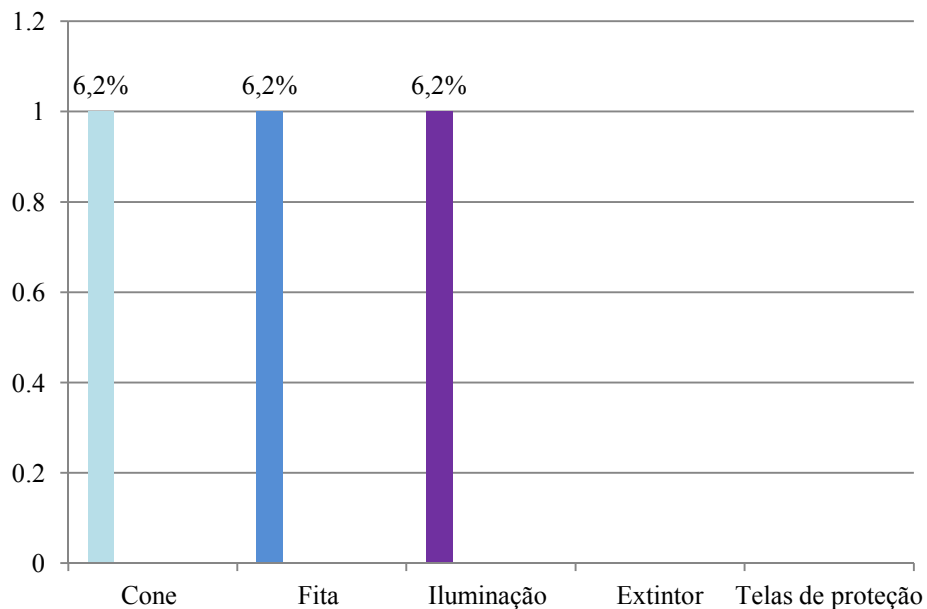


Gráfico 8 – Tipos de EPC usados pelos trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Nesse contexto sobre equipamentos de proteção, pôde-se traçar um paralelo entre o resultado do uso desses instrumentos (EPI's e EPC's) com os dados fornecidos por uma pesquisa realizada em Belém por Barbosa e Lima (2007), a qual refere que 60% dos operários consideram ser mais importante usar os EPI's, 10,34% referiram adotar medidas de proteção coletiva, 28,97% acham que estas duas providências devem ser tomadas e apenas 0,69% não as consideram importantes. Sugere-se, com base nessas informações, que o uso desses objetos de forma adequada como prevenção ainda não está totalmente esclarecido, uma vez que mesmo mencionando a importância da utilização de medidas de proteção, não fazem uso de modo adequado ou simplesmente não utilizam nenhum equipamento.

No que concerne à ocorrência de acidente de trabalho, a maioria dos entrevistados (11 ou 69%) relatou não ter sofrido nenhum, como visualizado no gráfico 9. Entretanto, é relevante salientar que, os riscos de acidentes são bastante elevados, tendo em vista que uma grande parcela desses trabalhadores não fazem uso de EPI's ou EPC's e por serem informais, não são fiscalizados com relação às condições de trabalho e segurança.

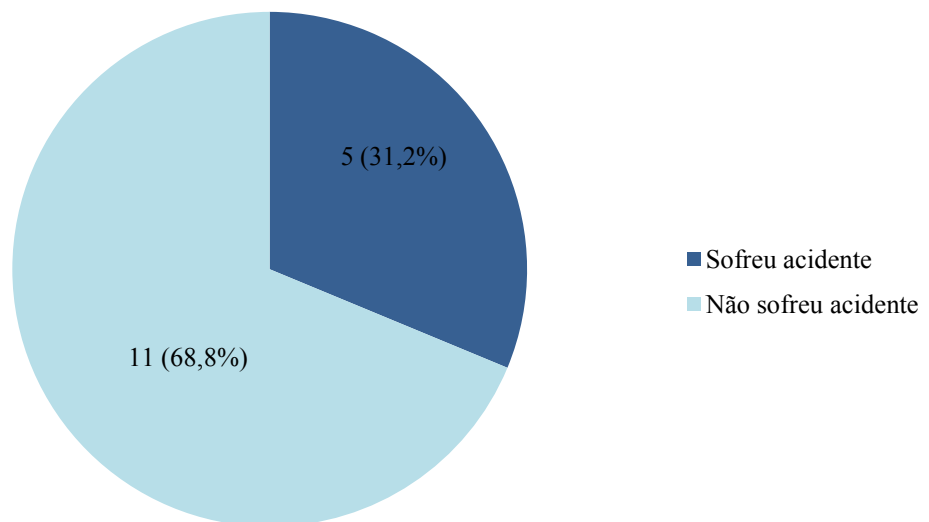


Gráfico 9 – Trabalhadores informais da construção civil que sofreram ou não acidente de trabalho em Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Um estudo semelhante realizado na cidade de João Pessoa-PB, por Melo Júnior (S/D) demonstrou que 42% dos trabalhadores referiram que já sofreram pelo menos um acidente de trabalho no setor da construção civil.

Conforme sugerem Silva e Carreiro (S/D), são várias as causas para que haja um acidente de trabalho na construção civil, entre as quais citam-se as más condições ambientais, a baixa qualificação dos trabalhadores, a falta de fiscalização, a pressa pela execução do

trabalho para entrega da obra no prazo estabelecido e os atos inseguros, entre os quais cita-se o desuso de equipamentos de proteção individual ou coletiva.

No que se refere ao motivo que os leva a utilizar medidas de proteção, a maior parte deles (6 ou 37,5%) respondeu que é importante para evitar acidentes, como especificado no gráfico 10 a seguir específica. Realizando um paralelo com Borsoi (2005), para o operário, trabalhar sob condições adequadas, utilizando medidas de proteção, reduz o risco de acidentes, oferecendo segurança ao trabalhador.

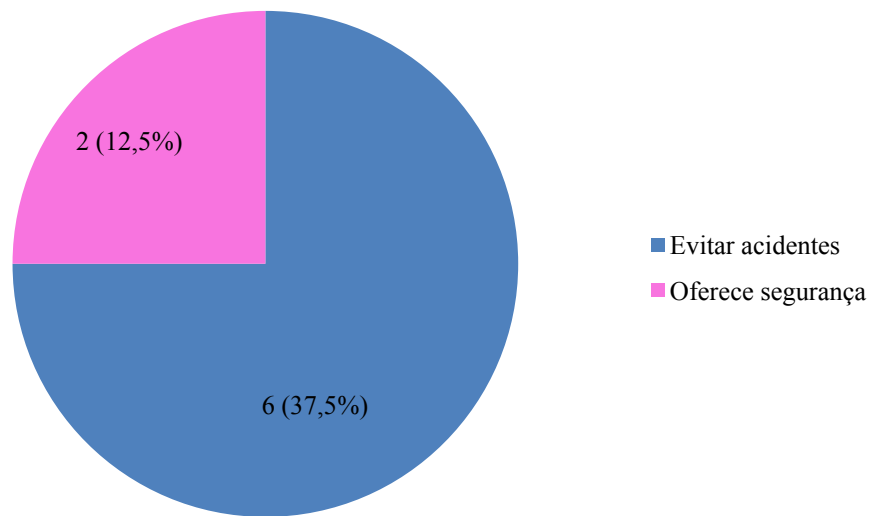


Gráfico 10 – Motivo de utilização de medidas de segurança pelos trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Questionados sobre o motivo da não adoção de medidas de segurança, a maioria dos entrevistados (5 ou 31,3%) relatou que estas medidas incomodam ou atrapalham a execução do serviço, como ilustrado no gráfico 11, a seguir.

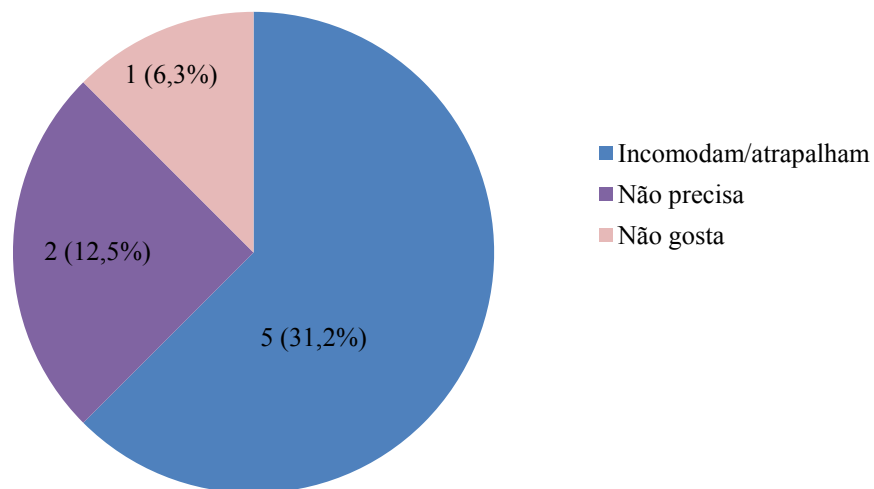


Gráfico 11 – Motivo da não-utilização de medidas de segurança entre os trabalhadores informais da construção civil de Picuí-PB. Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2012.

Os trabalhadores não usam equipamentos de proteção porque não sabem utilizá-los, nem manuseá-los, ou até mesmo nem os conhece já que não faz parte de sua cultura nem do seu modo de vida (KELLY-SANTOS E ROZEMBERG, 2006). Entretanto, se instruções de segurança já fossem transmitidas na escola durante a infância, possivelmente os cidadãos se tornariam mais conscientes dos riscos e utilizariam medidas de proteção sempre que houvesse risco de acidente laboral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil há uma diversidade de tipos de trabalho, entretanto é a formalidade ou informalidade do contrato de trabalho, que pode garantir ao trabalhador uma série de benefícios como: auxílio-doença, auxílio-acidente, férias, décimo terceiro, aposentadoria e pensão por morte. Nessa variedade de espaços laborais está à construção civil, um ramo do trabalho que absorve uma significativa massa da população, por tratar-se de uma atividade que não requer nível de escolaridade ou treinamento. Neste espaço laboral estão empregados milhões de brasileiros, que necessitam de renda para o sustento da família, muitos iniciam sua carreira apenas auxiliando nas atividades de um canteiro de obras, e assim tornam-se trabalhadores deste ramo.

Esta pesquisa demonstrou que, no município de Picuí-PB, onde há poucas opções de emprego, a construção civil ampliou as oportunidades de trabalho para os seus residentes. Entretanto, acredita-se que devido a inserção majoritária de cidadãos, pertencentes à classe média baixa da população, associado à informalidade do serviço, limita o acesso desses trabalhadores a uma atenção adequada das autoridades de saúde.

Com base no exposto, foi possível compreender que, diante das limitações para treinamento e qualificação profissional, os riscos de acidentes tornam-se elevados. Desse modo, é importante frisar que essa pesquisa foi motivada, sobretudo, pela compreensão de que, o espaço da construção civil reúne atividades laborais que favorecem a ocorrência de numerosos acidentes de trabalho. Salienta-se que alguns destes acidentes podem ser acompanhados de óbito, como aconteceu no município de Picuí-PB. Nessa perspectiva, convém destacar a existência de fatores contribuintes para o crescimento desses dados, como, por exemplo, a falta de utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como a exposição às condições insalubres e perigosas de ambientes de trabalho.

Assim, os trabalhadores das construções civis habitualmente lidam com situações de risco de acidentes, envolvendo: quedas, soterramentos, esmagamentos, cortes, choques elétricos entre outros, que podem causar danos irreversíveis ou até mesmo fatais. Diante dessas situações constantes de perigo é imprescindível minimizar tais riscos, ou até mesmo eliminá-los. No tocante à amostra estudada, verificou-se que a redução da maior parte dos riscos laborais, está atrelada ao uso de equipamentos de proteção individual e coletiva.

O trabalhador informal desse ramo precisa compreender que suas atitudes são primordiais para a prevenção de acidentes. E por não estar submetido às ordens de um empregador, ele deveria ser o principal interessado na utilização dos equipamentos que favorecem sua proteção, especialmente por estar se expondo a riscos iminentes de acidentes. Entretanto, a segurança no trabalho perpassa pelo conhecimento de várias normas regulamentadoras, propostas pelo MTE, que são atualizadas frequentemente, e cujo conteúdo é desconhecido para muitos trabalhadores informais.

No município de Picuí-PB, de acordo com a pesquisa em tela, foi revelado que 8 (50%) dos entrevistados usavam EPI, entretanto, apenas 1 (6,3%) trabalhador informou que fazia uso de EPC, quando considerava necessário. Isso significa dizer que, uma parcela significativa dos trabalhadores do estudo está desprotegida de acidentes no trabalho, por não usar os equipamentos de proteção, tanto individual quanto coletiva. É provável que, fatores como falta de conhecimento, sensivelmente atrelada à desqualificação profissional, corroborem com a falta de compreensão acerca da importância do uso cotidiano desses equipamentos.

Entende-se que as situações de risco associadas ao desuso de equipamentos de proteção, no exercício laboral, tornam grandes as chances de ocorrência de acidentes e danos ao trabalhador, podendo até reduzir os seus dias de atividade. Neste sentido, os participantes da pesquisa informaram não utilizar medidas de proteção porque se sentem incomodados ou por não gostar de utilizá-las. Uma possível solução para esta problemática seria o emprego de estratégias sensibilizadoras para os agentes envolvidos neste universo, sobretudo, os próprios trabalhadores. Acredita-se que essa iniciativa poderia gerar multiplicação das informações, e contribuiria com a preservação da vida saudável desse grupo de trabalhadores informais.

Logo, as fragilidades inerentes ao uso de equipamentos de proteção, revelam-se como um dos motivos que corroboram com a ocorrência de acidentes de trabalho, na construção civil do município de Picuí. Entende-se que os resultados deste estudo não finalizam as discussões acerca da atenção a saúde dessa fração de trabalhadores, mas demonstram aspectos importantes da Atenção a Saúde dos Trabalhadores brasileiros. Neste momento, destaca-se a qualidade das informações produzidas e repassadas pelos profissionais da área e seus gestores, bem como os meios efetivos para o repasse desses conteúdos, diante das peculiaridades sócio-cognitivas dos trabalhadores. Além disso, esta pesquisa poderá subsidiar outros estudos em cenários distintos do saber científico.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria da Saúde do Estado. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. **Manual de normas e rotinas do sistema de informação de agravos de notificação – SINAN – Saúde do Trabalhador**. Salvador, CESAT: 2009. Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/cesat/Publicacoes/Manuais/Manual_SinanNet_Saude_Trabalha dor.pdf>. Acesso em: 18 out. 2011.

BARBOSA, Christiane Lima; LIMA, Adalberto da Cruz. Desenvolvimento do perfil do trabalhador da construção civil na cidade de Belém. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2007. Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: XXVII ENEGEP, 2007. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR600449_0389.pdf> Acesso em: 20 mar. 2012.

BARZELLAY, Bruno Ferreira da Costa; LONGO, Orlando. **A motivação utilizada como ferramenta visando a melhoria da produtividade e da qualidade de vida na construção civil**. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 2011. Anais... VII CNEG, 2011. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0363_2127.pdf>. Acesso em: 20 mar 2012.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Acidente de trabalho, morte e fatalismo. **Psicologia e Sociedade**. Ceará: 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Aprova Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos. 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>>. Acesso em: 24 set. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/instrumento/arquivo/16_Doencas_Trabalho.pdf#search=%22doen%C3%A7as%20relacionadas%20ao%20trabalho%22> Acesso em: 18 out. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Saúde do Trabalhador. **Caderno de Atenção Básica – nº 5**. Brasília – DF, 2002. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Notificação de Acidentes do Trabalho Fatais, Graves e com Crianças e Adolescentes**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006 a. Disponível em:
<<http://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXJlc3RqcHxneDoxNzQyYzQxMWQ1MGVINzRk>> Acesso em: 18 out. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. **Manual de Gestão e Gerenciamento**. 1ª ed. São Paulo, 2006 b. Disponível em:
<www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/ManualRenast07.pdf> Acesso em 15 maio 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma regulamentadora nº 18. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. **Portal do Trabalho e Emprego**, 2011. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3226A41101323B2D85655895/nr_18.pdf> Acesso em: 18 out. 2011.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Perfil sócio-econômico do setor da construção civil no Brasil. Belo Horizonte, [s.n.], 2002.

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE. **Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho da Construção Civil**. [S.l., s.n.]: 2005. Disponível em:
<<http://pt.scribd.com/doc/76893878/SHST-CICCPON-Manual-Do-Formando>> Acesso em 27 out. 2011.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução 311 em 12 de maio de 2007**. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Portal COFEN, Brasília, 2007. Disponível em:
<<http://www.portalcofen.gov.br/2007/materias.asp?ArticleID=7323§ionID=37>>. Acesso em: 24 set. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; OLIVEIRA, Roberval Passos de; XAVIER, Shirlei da Silva; COSTA, Alane Mendara da Silva; ARAUJO, Gustavo Ribeiro de; SANTANA, Vilma Sousa. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 13. nº1. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100021&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 18 out. 2011.

KELLY-SANTOS, Adriana; ROZEMBERG, Brani. Estudo de recepção de impressos por trabalhadores da construção civil: um debate das relações entre saúde e trabalho. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 2006.

KURCGANT, Paulina (Org.); CIAMPONE, Maria Helena Trench; GAIDZINSKI, Raquel Rapone; CASTILHO, Valeria; PEREIRA, Luciane Lucio; TAKAHASHI, Regina Toshie; LEITE, Maria Madalena Januário; SILVA, Vanda Elisa Felli; MASSAROLLO, Maria Cristina Komatsu Braga; CUNHA, Kathia de Carvalho. **Administração em enfermagem**. São Paulo:EPU, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica** - 5. ed. - 2. reimpr. São Paulo: Atlas: 2008.

LIMA JÚNIOR, Jófilo Moreira; LÓPEZ-VALCÁRCEL, Alberto; DIAS, Luis Alves. Segurança e Saúde no Trabalho da Construção: experiência brasileira e panorama internacional. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho: 2005.

MELO JUNIOR, Abelardo da Silva. Perfil dos acidentes de trabalho na construção civil na cidade de João Pessoa-PB. [S.l, s.n.]: [entre 2003 e 2011].

MENDES, René; CAMPOS, Ana Cristina Castro. Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 2, nº 3. Belo Horizonte: 2004. Disponível em: <http://sstmpe.fundacentro.gov.br/Anexo/SST_no_trabalho_informal.pdf> Acesso em: 16 nov. 2011.

MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos. Trabalho informal: precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. **Revista Anhanguera**, vol. 4, nº 1. Goiás: 2003. Acesso em 16 nov 2011.

MIQUILIN, Isabella de Oliveira Campos; CORRÊA FILHO, Heleno Rodrigues. Propostas de inclusão dos trabalhadores informais e desempregados nas políticas públicas brasileiras: breve análise a partir das Conferências de Nacionais de Saúde do Trabalhador. **Saúde em Debate**, v. 35, n.90. [S.l.]: 2011. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/sdv35n90_08.pdf> Acesso em 15 maio 2012.

RODRIGUES, Flávio Rivero. **Treinamento em Saúde e Segurança do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.

SANTANA, Vilma S.; OLIVEIRA, Roberval P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, vol. 20, nº 3. Rio de Janeiro mai/jun: 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000300017> Acesso em: 02 out. 2011

SILVA, Anna Rachel Pessanha da. Perfil dos operários da construção civil na cidade do Rio de Janeiro (avaliação do nível de satisfação dos operários). In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. Anais... IV CNEG: 2008.

SILVA, Tiago Maurício; CARREIRO, Antonio Almeida. **Influência da mão de obra em acidentes na construção civil**. Bahia, [entre 2002 e 2011]. Disponível em: <info.ucsal.br/banmon/Arquivos/Art3_0077.pdf>. Acesso em 30 abr. 2012.

SILVEIRA, Cristiane Aparecida; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; WALTER, Elisabeth Valle; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Acidentes de trabalho na construção civil identificados através de prontuários hospitalares. **Revista Escola de Minas**. Ouro Preto: 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rem/v58n1/a07v58n1.pdf>> Acesso em 30 abr 2012.

SIMÕES, Thiago do Carmo; SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira; SHOJI, Shino; PEEREGRINO, Antônio Augusto de Freitas; SILVA, Delson. MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONTRA CÂNCER DE PELE EM TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL: contribuição da enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre: 2011.

SOUZA, Norma Suely Souto; EVANGELISTA FILHO, Delsuc; COSTA E SILVA, Mônica Moura Org.). **Manual De Normas e Rotinas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN – Saúde do Trabalhador**. Salvador, BA, CESAT: 2009. Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/dis/arquivos_pdf/Manual%20do%20SINAN%20-%20Sa%C3%BAde%20do%20Trabalhador.pdf> Acesso em: 18 mar 2011.

STEFANO, Camile. **Segurança na construção civil**: trabalho de educação, conscientização e medidas de proteção. São Paulo: 2008.

TREBIEN, Eunice Ivana; Machado, Mirian Magnus; Sackser, Roseli Maria. **Qualidade de vida no trabalho**. [S.l., s.n.]: [entre 2003 e 2011]. Disponível em: <http://www.assesc.edu.br/download/3_jornada_cientifica/qualidade_vida_trabalho.pdf> Acesso em: 07 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Boletim Epidemiológico Acidentes de Trabalho Fatais. **Centro Colaborador Vigilância dos Acidentes de Trabalho**. Bahia: 2011. Disponível em:

<http://www.2pontos.net/preview/pisat/hp/upload/CCVISAT_Boletim.pdf> Acesso em: 18 out. 2011.

VARGAS, Carlos Luciano Sant'Ana; SÉRGIO GRANDE, Ítalo; AMIN, Jairo Amado; MARTINS, Ubiratan Elias Bernardo; CORDEIRO, Fernando Adimari; ALVES, Wagner Araujo. Conscientização e treinamento dos trabalhadores da construção civil aplicando a norma regulamentadora 18 do tem. 4º ENCONTRO DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DOS CAMPOS GERAIS. 2008. Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: 2008. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/155/EVENTO_Conscientiza%C3%A7%C3%A3oTreinamentoTrabalhadores.pdf?sequence=1> Acesso em: 22 mar. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE-A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem como título Acidente de Trabalho na construção civil do município de Picuí-PB, está sendo desenvolvida pela a aluna Sabrina Dantas Fernandes do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cuité, sob a orientação do Professor Édija Anália Rodrigues de Lima, cujos objetivos são: Investigar os acidente de trabalho na construção civil do município de Picuí-PB; Identificar fatores sociais dos trabalhadores informais da construção civil; Relacionar a função do trabalhador com as condições de risco para acidente de trabalho; Averiguar o emprego de equipamentos de proteção individual e coletiva durante o exercício do trabalho; Identificar na opinião dos trabalhadores informais as medidas de prevenção de acidentes de trabalho; Identificar na opinião dos trabalhadores informais as condições de trabalho na construção civil.

Dessa forma, solicitamos sua contribuição no sentido de participar da mesma e informamos que será garantido seu anonimato, bem como assegurada sua privacidade e o direito de autonomia referente à liberdade de participar ou não da pesquisa, bem como o direito de desistir da mesma e que não será efetuada nenhuma forma de gratificação da sua participação.

Os dados serão coletados através de uma a pesquisadora participante aplicará um questionário composto por perguntas objetivas e subjetivas, referentes a temática pesquisada, e que posteriormente farão parte de um trabalho de conclusão de curso a ser apresentado, defendido e posteriormente publicado no todo ou em parte em eventos científicos, periódicos e outros, tanto a nível nacional ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome do (a) senhor (a) será mantido em sigilo.

A sua participação na pesquisa é voluntária, sendo assim, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir da mesma, essa decisão será respeitada e acatada.

Estaremos a sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários em qualquer etapa desta pesquisa.

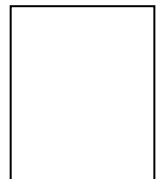
Diante do exposto, agradecemos sua valiosa contribuição para o engrandecimento do conhecimento científico.

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, justificativa, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar da mesma. Declaro também que a pesquisadora participante me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACENE². Estou ciente que receberei uma copia deste documento assinada por mim e pela pesquisadora responsável, em duas vias, de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder da pesquisadora responsável.

Picuí, ____/____/2012.

Profª. MsC. Édija Anália Rodrigues de Lima.

Pesquisador Responsável



Testemunha

Participante da Pesquisa

APÊNDICE-B**FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS****Pesquisa intitulada: Acidente de trabalho na construção civil do município de Picuí-PB**

Data da aplicação: ___/___/___

Fatores Sociodemográficos

1. Nome: _____ Idade: _____
2. Gênero: () Masc. Femin. ()
3. Profissão/ocupação: () Pedreiro () Eletricista () Outros: _____
4. Como ingressou na construção civil?
 () Veio da lavoura () Único trabalho que arrumou () Vontade própria () Tradição familiar () Outros: _____
5. Raça () Negro () Pardo () Branco () Indígena
6. Nível de escolaridade:
 () Analfabeto () Analfabeto funcional () Nível fundamental incompleto
 () Nível fundamental completo () Nível médio incompleto () Nível médio completo
 () Outros: _____
7. Estado civil () Solteiro () Casado () União Estável () Viúvo () Divorciado
8. Filhos? () Sim () Não. Quantos? _____
9. Renda familiar () Menor que um salário mínimo () um salário mínimo () > de um salário

Dados relativos aos riscos inerentes ao trabalho

1. Há riscos de acidente no seu trabalho? () Sim () Não
2. Se houver, quais são os riscos?
 () Queda () Incêndio () Soterramento () Choque elétrico () Cortes () Esmagamento
 Outros: _____
3. Faz uso de algum equipamento de proteção individual (EPI)? () Sim () Não

4. Se usa EPI, quais são eles?

Óculos de proteção Capacete Cinturão de segurança Roupas especializadas

Máscara Luvas Botas Dispositivo Trava-Queda de segurança

Outros: _____

5. Faz uso de equipamento de proteção coletiva (EPC)? Sim Não

6. Se usa EPC, quais são eles?

Cone de sinalização Fita de sinalização Extintor de incêndio

Telas de proteção Iluminação de emergência

7. Já sofreu algum acidente de trabalho? Sim Não

8. Quais os motivos que justificam a adoção, ou não, de medidas de prevenção de acidentes de trabalho?

ANEXO

ANEXO

CERTIDÃO DO CEP



escola de enfermagem nova esperança Ltda.
 Mantenedora da Escola Técnica de Enfermagem Nova Esperança – CEM, da
 Faculdade de Enfermagem Nova Esperança, - FACENE, da
 Faculdade de Medicina Nova Esperança – FAMENE e da
 Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN
 Fone: (83) 2106-4790 E-mail: cep@facene.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – FACENE/FAMENE

CERTIDÃO

Certificamos, para fins de publicação, que, na 11ª Reunião Ordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2011, o Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades de Enfermagem e Medicina Nova Esperança, aprovou o relatório da pesquisa "ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE PICUI-PB", Protocolo: 198/11 e CAAE: 2349.0.000.351-11 registrado em nome da Pesquisadora Responsável: **Édija Anália Rodrigues de Lima** e da Pesquisadora Participante: **Sabrina Dantas Fernandes**.

João Pessoa, 16 de Agosto de 2012

Escola de Enf. Nova Esperança Ltda.

Maria da Socorro Gadelha Nobrega
 Vice-Coordenadora do CEP/FACENE/FAMENE

Rosa Rita da Conceição Marques
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – FACENE/FAMENE

Karine Ferreira da Silva Mendês
 Secretária do Comitê de Ética

Av. Frei Galvão, 12 - Bairro Gramame - João Pessoa - Paraíba - Brasil
 CEP.: 58.067-695 - Fone/Fax : +55 (83) 2106-4777